



As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência

African religions in Brazil: struggle, resistance and survival

*Gilciana Paulo Franco*¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir os reflexos da colonização na vida dos afro-brasileiros, em especial daqueles que são praticantes das religiões de matriz africana. A violência, seja física simbólica ou psíquica, sempre esteve presentes no cotidiano dos africanos e seus descendentes aqui no Brasil. Os africanos arrancados do seu continente desde o princípio tiveram que encontrar estratégias que lhes possibilitassem a sobrevivência. E foi na religião, no culto aos orixás, que os escravizados encontraram forças para sobreviver às brutalidades impostas pelo sistema escravista. Submetidos a um contexto pautado na visão eurocêntrica de enxergar o mundo, os praticantes das religiões de matriz africana precisaram lutar contra o racismo e a intolerância para preservar e ressignificar as suas crenças no solo brasileiro.

Palavras chave: Umbanda. Candomblé. Racismo Estrutural. Resistência.

Abstract: The present work aims to discuss the reflexes of colonization in the lives of Afro-Brazilians, especially those who are practitioners of religions of African origin. Violence, whether physical, symbolic or psychic, has always been present in the daily lives of Africans and their descendants here in Brazil. Africans uprooted from their continent from the beginning had to find strategies that would enable them to survive. And it was in religion, in the cult of the orixás that the enslaved found strength to survive the brutalities imposed by the slave system. Subject to a context based on the Eurocentric vision of seeing the world, practitioners of religions of African origin have always had to fight against racism and intolerance in order to preserve and resignify their beliefs on Brazilian soil.

Keywords: Umbanda. Candomblé. Structural Racism. Resistance.

Introdução

O nosso país foi organizado sob os pilares de um racismo sistêmico e estrutural marcado pelo genocídio, pela perseguição às religiões de matriz africana e indígena e a demonização de tudo que foge do padrão eurocêntrico de enxergar o mundo. A nossa sociedade foi construída sob os pilares do patriarcado, do racismo, da misoginia, da exclusão dos grupos não hegemônicos, da violência física e psíquica e da imposição do

¹ Doutoranda e mestra em Ciência da Religião PPCIR/UFJF. Professora da rede estadual e municipal de ensino em Juiz de Fora/Minas Gerais. E-mail: gilcifranco@yahoo.com.br.



modo cristão de entender o mundo. Com isso, a cultura africana e a cultura indígena foram desconsideradas e houve todo um trabalho de conversão buscando atingir um padrão único de comportamento. Era necessário impor um domínio para não perder o controle sob o sujeito escravizado.

O artigo pretende discutir os reflexos do colonialismo na vida da população negra, em especial daqueles que são adeptos dos terreiros de umbanda e candomblé. Juntamente com o desejo de encontrar riquezas na América, os portugueses também trouxeram consigo o desejo de propagar a fé cristã católica, mesmo que para isso fosse necessário anular a cultura do outro e impor atos de violência. Se num primeiro momento as religiões de matriz africana foram perseguidas pelos católicos, hoje as mesmas são alvo de perseguição de algumas denominações neopentecostais e pentecostais que entraram com todo vapor na disputa por fiéis no mercado religioso brasileiro.

Por fim, pretendemos discutir sobre a terminologia correta para denominar as violências sofridas pelas comunidades tradicionais de terreiro e também mencionar de que forma os afro-religiosos têm se organizado para combater os crescentes atos de intolerância religiosa que estão ocorrendo dentro e fora do espaço físico dos terreiros. Apesar de todo sofrimento, as religiões de matriz africana encontram forças para continuarem honrando os seus ancestrais através da resistência e da luta pela liberdade de culto.

1. O contexto histórico da chegada dos africanos ao Brasil

Os africanos foram retirados da África para suprir a carência de mão de obra nos empreendimentos coloniais dos portugueses no Brasil. Deixar o continente africano e atravessar o Atlântico era um momento de muita dor e incertezas para os africanos e alguns deles nem sequer conseguiam chegar ao Novo Mundo, pois morriam durante a viagem por falta de vitaminas, situações precárias de higiene e também pela depressão em função de terem sido retirados à força da sua terra natal, da sua vivência cultural, social, política e religiosa. Existia todo um planejamento a ser seguido durante a viagem buscando, assim, conter qualquer forma de manifestação por parte dos africanos que estavam sendo transportados:



A alimentação a bordo do navio era deliberadamente diminuta, a fim de inviabilizar a resistência dos cativos, sobretudo nos primeiros dias no navio. Carne seca, feijão, farinha de mandioca e arroz compunham a dieta dos prisioneiros. Na ausência de alimentos frescos, a partir de certa altura da viagem grassavam doenças com o escorbuto, avitaminose conhecida nos séculos XVIII e XIX pelo elucidativo nome de mal de Luanda; Luanda era um importante porto negreiro de Angola (RODRIGUES, 2018, p. 344-345).

Em relação a entrada de africanos no Brasil, Sodré (2017) afirma em seu livro *Pensar Nagô* que o Brasil foi comprovadamente o maior comprador de escravos das Américas, disseminando-os ao longo de todo território nacional. Segundo Maurício (2014, p. 32), do século XVI até o século XIX, os africanos de diversos grupos étnicos e culturais, muitas vezes rivais, foram capturados e trazidos para o Brasil como escravos. Entre os grupos que vieram para o Brasil podemos mencionar os bantos, os fons, os iorubás e os minas. Foram 300 anos de escravidão e não se sabe o número exato de africanos que foram trazidos para a América. De acordo com Caputo (2012, p. 40):

Quinze milhões de pessoas, de diferentes regiões da África, que traziam suas relações com a vida, a morte, as pessoas, a natureza, a palavra, a família, o sexo, a ancestralidade, Deus, deuses, as energias, a arte, a comida, o tempo e a educação. Enfim, com as suas formas de ver, pensar, sentir, falar e agir no mundo. Espalhadas assim formaram o que se chama de diáspora africana, ou seja, os negros e negros que, nesse caso, sequestrados e sequestrados das suas terras, levaram consigo as suas tradições, mantendo-as e recriando-as no mundo, inclusive no Brasil.

Foi na religião que os africanos encontraram força para resistir a crueldade do sistema escravagista e dos propósitos impostos pela dominação colonial². Para Eugênio (2017, p. 44), as populações submetidas à escravidão e ao genocídio tiveram que elaborar uma série de mecanismos de sobrevivência. E entre todos os mecanismos de sobrevivência, a religião foi um dos que mais colaboraram para manter vivas as tradições de origem africana. O culto aos orixás chegou ao Brasil juntamente com os

² A diáspora africana está encruzada ao projeto colonial, que é um acontecimento marcado pela tragédia das humilhações, sequestros, assassinatos, estupros, torturas, comércio de seres humanos, entre outras inúmeras formas de violências praticadas nos trânsitos que edificaram o Novo Mundo. Essa invenção é parte integrante do colonialismo, não há possibilidade de separação, é resultado de um cruzo que faz espiral do tempo girar em um rito de morte e vida (RUFINO, 2019, p. 97).



africanos que atravessaram o Atlântico e foram escravizados aqui na América portuguesa. Do encontro cultural entre os elementos das três matrizes formadoras da sociedade brasileira - índio, africano e europeu -, surgiram às chamadas religiões afro-brasileiras, entre as quais podemos citar: candomblé, candomblé de caboclo, umbanda, quimbanda, tambor de mina, jurema, omolocô, umbandomblé, entre outros.

Segundo Berkenbrock (2012, p. 62) do ponto de vista histórico, a África é o campo de origem e o Brasil o campo de desenvolvimento das religiões afro-brasileiras. Já Eugênio (2017, p. 172) ressalta que a terra mãe foi recriada em cada terreiro. No modo de vida, nos costumes, na memória e na cultura dessa gente, a África revive. As religiões africanas formam a base teológica a partir do qual se desenvolveram as religiões afro-brasileiras.

O candomblé e a umbanda são as duas religiões de matriz africana que serão mencionadas neste ensaio. Sobre o candomblé vejamos:

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravos, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar as novas condições de ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquices, orixás ou voduns –, seres que são a força da natureza, sendo seus criadores e também administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos. No candomblé nada se inventa ou se cria, só aprende e se aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática no dia a dia, com o tempo, com a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender! (MAURÍCIO, 2014, p. 29).

Berkenbrock (2012, p. 154) afirma que a umbanda é um fenômeno urbano de modo que ela não teve dificuldades de adaptação no processo de urbanização ocorrido no Brasil: é considerada uma religião tipicamente brasileira. Rivas Neto (2013, p. 101) afirma que “a Umbanda é uma forma espiritualizada e inteligente de bem viver. A Umbanda é uma unidade aberta em constante reelaboração”.

Fica bem evidente que a umbanda é uma religião que incorporou elementos da cultura africana, europeia e indígena. Vejamos algumas das suas características e a contribuição dada por cada uma das matrizes que formaram a população brasileira:



Herdamos das culturas indígena e africana a forte ligação com a natureza, o uso das ervas, cachimbos (maracás para os indígenas), os rituais de cura, as danças, os cânticos sagrados, as vestimentas, o transe, a crença na vida após a morte e a comunicação com os mortos, as crenças nos ancestrais, a diversidade de deuses (indígenas) ou orixás (africanos), os preceitos ofertados aos ancestrais (oferendas), a magia. Da cultura branca europeia, herdamos alguns elementos da concepção cristã católica, como a ligação com os santos que no sincretismo são relacionados com os orixás, as rezas, as imagens, maniqueísmo (bem e mal), dentre outros. E ainda uma influência do Kardecismo: ligação com os mortos, crença na reencarnação, rituais de cura (RIBEIRO, 2013, p. 98).

A umbanda e o candomblé apresentam algumas características distintas que valem a pena ser mencionados e analisados:

Com efeito, pode se opor umbanda e candomblé como se fossem dois pólos: um representando o Brasil e o outro a África. A umbanda corresponde a integração das práticas afro-brasileiras na moderna sociedade brasileira; o candomblé significaria justamente o contrário, isto é, a conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro. É claro que não devemos conceber o candomblé em termos de pureza africana; na verdade ele é um produto afro-brasileiro resultado da bricolagem desta memória coletiva, sobre matéria nacional brasileira que a história ofereceu aos negros escravos. Entretanto pode se afirmar que para o candomblé a África continua sendo fonte privilegiada do sagrado, o culto dos deuses negros se opondo a uma sociedade brasileira branca ou embranquecida. Desta forma uma ruptura se inscreve entre a umbanda e o candomblé: para a primeira, a África deixa de constituir em fonte de inspiração sagrada; o que é afro-brasileiro se torna brasileiro. É necessário entender o que queremos dizer com a ruptura; não se trata de ressignificar com esta palavra a ausência do que é negro no seio da umbanda, pelo contrário, insistiremos em todo o nosso trabalho na importância da contribuição africana para a formação da religião umbandista (ORTIZ, 1999, p. 16).

Enquanto o candomblé se aproxima muito dos cultos típicos da África, a umbanda surge como uma religião tipicamente brasileira, nascida num momento em que o Brasil passava por um momento de industrialização e urbanização. Dentro desse contexto de modernidade, a umbanda acabou se afastando de alguns elementos presentes no candomblé como o sacrifício de animais que era visto como um ato que não combinava com uma sociedade que buscava se encaixar num padrão de civilização eurocêntrico. Ao analisar a importância das religiões de matriz africana, temos que pensar em resistência, pois mesmo com tanta opressão, longe da pátria mãe, os deuses africanos



sobreviveram e são festejados e reverenciados nos diversos terreiros existentes em todo território brasileiro. Não podemos deixar de dizer que a luta pelo direito à liberdade religiosa ainda é uma realidade, mas mesmo assim os afro-religiosos seguem existindo e resistindo.

2. O catolicismo como uma ideologia de dominação do sujeito africano e indígena

O catolicismo, através do processo de conversão, assumiu um importante papel no contexto colonial de dominação dos corpos e das almas dos africanos. O catolicismo ocupou um lugar de privilégio buscando neutralizar as outras possibilidades de relação com o sagrado. Sobre a importância da conversão, segundo a Igreja Católica, Rufino (2019) comenta que:

Somente através da conversão o indivíduo seria um ser capaz de ser reconhecido como dotado de inteligência. Fora disso, o restaria a condição de selvagem, desalmado, débil, potencial, maléfico, em suma, desumanizando ao ponto de ser coisificado (RUFINO, 2019, p. 79).

Mediante o processo colonizador, os escravizados perderam a sua humanidade, se tornaram objeto e foram proibidos de colocar em prática os seus rituais religiosos, sendo obrigados a se converterem ou pelo menos fingir que converteram ao catolicismo. Segundo Caputo (2012) os negros eram batizados com outros nomes e obrigados a aceitar ou pelo menos dizer que aceitavam a religião do senhor branco: o catolicismo.

No processo de hierarquização cultural, o padrão eurocêntrico se tornou modelo de sociedade e tudo aquilo que pertencia a cultura africana e indígena passou a ser visto com um olhar de inferioridade e sem nenhum ar de civilidade. Carneiro (2019) analisa como era o olhar dos portugueses em relação aos costumes religiosos africanos da seguinte forma:

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatida, assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade (CARNEIRO, 2019, p. 06).



As religiões de matriz africana desde sempre tiveram que travar uma luta para poderem sobreviver num ambiente marcado pelo racismo e preconceito com as culturas que se diferenciavam do modo ocidental de enxergar o mundo. Num primeiro momento, os africanos escravizados tiveram que aceitar o sincretismo como uma estratégia de sobrevivência diante das imposições católicas. Sobre o sincretismo como estratégia de sobrevivência Berkenbrock (2012) descreve:

O primeiro passo do sincretismo foi justamente a necessidade de uma acomodação á nova situação. Os negros precisavam esconder dos brancos o melhor possível a sua religião. O culto secreto aos Orixás não oferecia segurança suficiente. O problema foi resolvido pela utilização de estátuas de santos católicos. Estes santos eram inicialmente apenas como que uma máscara que foi vestida sobre os rostos dos Orixás negros. Sobre o Pegi, no qual o Orixá recebia o sacrifício de animais, foi colocado um altar católico, com toalha branca, flores e estátuas ou quadros de santos. Estes santos não foram escolhidos de modo aleatório. Foram escolhidos santos que de alguma forma lembrassem alguns aspectos dos respectivos orixás. As ofertas colocadas diante dos santos não se destinavam na verdade aos santos; as velas ali acesas não queimavam para os santos. Essa dissimulação é em si o ponto de partida do sincretismo ocorrido no Brasil entre o Cristianismo e religiões de africanas. Esta substituição dos Orixás por santos católicos tinha como consequência não apenas uma proteção para os Orixás, mas também para os seus cultuadores, que eram mais respeitados perante a sociedade (branca e católica). Num país onde a classe dominante era católica, uma tal devoção aos santos católicos era naturalmente vista com bons olhos (BERKENBROCK, 2012, p. 136).

Se fizermos uma análise histórica perceberemos que, na verdade, a perseguição sempre esteve presente na vida dos africanos escravizados no Brasil. Mas a resistência se fez presente e os mesmos foram buscando estratégias de sobrevivência garantindo, assim, a perpetuação das suas práticas religiosas, da cultura e do seu modo de entender e enxergar as relações com o mundo. Sobre o contexto histórico de perseguição vejamos:

Enfim, o desenvolvimento das religiões de matriz africana foi marcado pela necessidade de criar estratégias de sobrevivência e diálogos frente às condições adversas. Foram perseguidas pela Igreja Católica ao longo de quatro séculos, pelo Estado Republicano, sobretudo na primeira metade do século XX, quando este se valeu de órgãos de representação policial e de serviços de controle social e higiene mental, e, finalmente, pelas elites sociais num misto de desprezo e fascínio pelo exotismo que sempre esteve associado às



manifestações culturais dos africanos e seus descendentes no Brasil.[...] (SILVA, 2007, p. 23-24).

Diante das condições impostas pelo sistema escravagistas, com o apoio do catolicismo, os africanos tiveram que se reinventar e criar normas de sobrevivência e resistência diante do novo contexto ao qual estavam inseridos na América, bem longe da sua cultura, dos costumes, da família consanguínea e dos espaços sagrados. Com toda certeza a religião foi algo muito importante para ajudar os africanos a sobreviver diante de todas as violências sofridas no nosso país.

3. Umbanda e candomblé no contexto mercadológico

Apesar de a população negra ser a maior do nosso país, o último Censo (IBGE, 2010) mostrou que, ao longo dos anos, a porcentagem de seguidores das religiões de matriz africana ainda é baixa em relação às outras religiões. O catolicismo, apesar de apresentar uma queda no número de seguidores, ainda possui a maior porcentagem de fiéis. A religião denominada genericamente de evangélica vem demonstrando um aumento no número de seguidores fato assim descrito:

Frente às transformações verificadas no mapa religioso brasileiro durante as últimas décadas, notadamente a redução do número de católicos e crescimento de evangélicos, pode se dizer que o campo das religiões afro-brasileiras segue sem grandes alterações. Corresponde a 0,3% da população residente em 2000 e em 2010. Um contingente relativamente pequeno e frequentemente relegado a segundo plano nas análises das grandes tendências da religiosidade brasileira (DUCCINI; RABELO, 2013, p. 221).

Duccini e Rabelo (2013) ressaltam que não há como negar que os adeptos das religiões de matriz africana são poucos se comparados com os católicos, evangélicos e espíritas. Infelizmente, para não sofrer preconceitos, muitos brasileiros ainda se dizem católicos, buscando assim evitar problemas com vizinhos, no ambiente de trabalho, no ambiente escolar entre outros locais de convívio. Ocultar a verdadeira pertença religiosa acaba sendo uma forma de se defender de ataques violentos por parte de pessoas e denominações religiosas intolerantes. Sobre o assunto:



Quando se trata das religiões afro-brasileiras, as estatísticas sobre os seguidores costumam oferecerem números subestimados, o que se deve às circunstâncias históricas nas quais essas religiões surgiram no século XIX, quando o catolicismo era a única religião tolerada no País, a religião oficial, e a fonte básica de legitimidade social. Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravo, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável, antes de tudo, ser católico. Por isso, os negros que recriaram no Brasil as religiões africanas dos orixás, voduns e inquices se diziam católicos e se comportavam como tais. Além dos rituais de seus ancestrais, frequentavam também os ritos católicos. Continuaram sendo e se dizendo católicos, mesmo com o advento da República, no fim do século XIX, quando o catolicismo perdeu a condição de religião oficial e deixou de ser a única religião tolerada no país (PRANDI, 2004, p. 225).

O preconceito com as religiões de matriz africana pode ser uma justificativa plausível para explicar porque existe um percentual tão baixo de pessoas negras frequentando os terreiros. É necessário analisar e pensar quais são os motivos que afastam a população negra dos terreiros:

[...] Não há como negar que os adeptos das religiões afro-brasileiras são muito poucos se comparados com católicos, evangélicos e espíritas. Mas não podemos deixar de lado o importante papel das religiões afro na formação da nossa sociedade e na política identitária de segmentos desta sociedade (DUCCINE; RABELO, 2013, p. 219).

Mas quando procuramos informações e registros sobre a violência sofrida por adeptos de crenças religiosas no Brasil, percebemos que as religiões de matriz africana aparecem como aquelas que mais denunciam as agressões sofridas, principalmente por grupos pentecostais e neopentecostais. Qual seria o interesse em combater as religiões de matriz africana? Para Silva:

Combatem-se essas religiões para monopolizar seus principais bens no mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando-o em um valor interno do sistema neopentecostal (SILVA, 2005, p. 01).

Segundo Giumbelli (2007), nas últimas décadas, os evangélicos se tornaram os principais protagonistas de uma redefinição do campo religioso no Brasil. Neste contexto de ascensão dos evangélicos, as religiões africanas se tornaram o principal alvo a ser atacado e combatido por esse segmento religioso como objetivo de angariar mais fiéis para os templos evangélicos:



O combate aos cultos afro-brasileiros, além de basear nos ideários bíblico e idiossincrático mencionados, em termos práticos visa converter os adeptos das religiões rivais, e por meio disso, dizimar a concorrência espírita nos estratos populares com o fechamento de centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes, sobretudo, nas redondezas dos templos evangélicos. Sua beligerância radica, portanto, igualmente em interesses proselitistas, expansionistas e institucionais. Visa conquistar a maior fatia do mercado religioso e, ao mesmo tempo, impor o poder religioso do seu grupo sobre concorrentes, que como se sabe, detêm pouco poder de reação (MARIANO, 2007, p. 137-138).

A disputa por fiéis pertencentes a um mesmo segmento social tem feito com que algumas denominações evangélicas unam forças com grupos de traficantes para destruir os terreiros e expulsar pais e mães de santo e seus filhos das comunidades. Alguns grupos neopentecostais unidos com traficantes, como é o caso do Rio de Janeiro, estão obrigando os próprios líderes religiosos a quebrarem seus objetos sagrados.

As comunidades tradicionais de terreiro sofrem com os diversos tipos de violência: ataques a pessoas físicas, depredação dos terreiros, demissão em função da pertença religiosa, discriminação no ambiente escolar, violação dos símbolos sagrados, acusações de serem culpados por malefícios que ocorrem nos seios das famílias, ataques nas redes sociais entre outros e também as lutas jurídicas pelo fim dos sacrifícios de animais nos rituais de candomblé.

Fica o questionamento sobre até quando os praticantes de religiões de matriz africana no Brasil serão as maiores vítimas da violência num país onde a maior parte da população é negra, a liberdade religiosa é regulamentada por lei e o Estado é Laico permitindo que todos possam fazer livremente a sua escolha religiosa.

4. Racismo ou Intolerância Religiosa? Como classificar os ataques sofridos pelos afro-religiosos?

A violência que ainda hoje faz parte do cotidiano dos praticantes de religiões de matriz africana está estritamente ligada ao passado colonial que classificou o sujeito branco como superior e os sujeitos não brancos como seres inferiores. Hoje a academia e o próprio espaço do terreiro vêm propondo uma discussão que visa entender se os ataques sofridos por umbandistas e candomblecistas devem ser classificados como



intolerância ou racismo religioso. Sobre o termo intolerância religiosa fazemos a análise observando se o mesmo consegue de fato classificar a violência sofrida pelos membros das Comunidades Tradicionais de Terreiro:

Penso que a noção de intolerância religiosa não é suficiente para entender o que acontece com as comunidades que vivenciam as tradições de matrizes africanas, pois não é apenas, ou exclusivamente, o caráter religioso que é recusado efetivamente nos ataques aos templos e pessoas vivenciadoras dessas tradições. É exatamente esse modo de vida negro, mesmo quando vivenciado por pessoas não negras, que se ataca; ou seja, mesmo pessoas brancas que vivenciem as tradições de matrizes africanas podem ser vítimas de um racismo originalmente destinado a elementos negros dessas tradições (FLOR DO NASCIMENTO, 2017, p. 54).

Ainda sobre a questão da insuficiência da expressão intolerância religiosa para se referir a discriminação sofrida pelos adeptos dos terreiros é bom compreender:

A ideia em defender que a intolerância não é suficiente para descrever o racismo religioso é pelo fato, inclusive jurídico, do peso que se é dado para as perseguições que essas religiões sofrem, ou seja, a maioria dos casos denunciados foram enquadrados como injúria racial e não como racismo, o que termina por tornar a questão um ato isolado, mal criado, de um indivíduo. Enquanto, na realidade, se trata de racismo, da atribuição de menor valor as religiões afro-brasileiras (OLIVEIRA, 2017, p. 44).

Juridicamente falando, quando se usa o termo racismo religioso, ele contempla uma comunidade ou todos os praticantes das religiões de matriz africana dando maior visibilidade a anos de luta encabeçada principalmente pelos movimentos negros que desde sempre lutaram por igualdade e pela garantia dos direitos da população afro-brasileira. É preciso entender que o ataque sofrido pelos praticantes de matriz africana está estritamente relacionado com o pertencimento étnico, o passado histórico e com a base racista que estruturou a nossa sociedade. O racismo assume diversas expressões, logo o racismo religioso é uma delas. Levando em consideração as marcas do racismo na nossa sociedade vale considerar que:

A noção de racismo religioso dá conta de marcar grande parte das violências sofridas por determinadas culturas e comunidades são encarrilhadas por uma engenharia de dominação/subordinação que tem a raça/racismo/ colonialismo como matrizes/motriz de



desenvolvimento do mundo moderno. Nessa perspectiva, racismo religioso é uma expressão que abre caminho e conquista espaços relevantes na luta antirracista (RUFINO; MIRANDA, 2019, p. 230-231).

Utilizando a terminologia racismo religioso estamos falando de uma luta conjunta que envolve questões étnico-raciais e religião. A luta dos movimentos negros por igualdade e respeito passa a ser valorizada e ganha maior legitimidade. No que se refere a terminologia mais adequada para classificar a violência e a dor sentida pelos afro-religiosos, Nogueira (2020) escreve:

Afinal, porque racismo em vez de tolerância religiosa? Porque, nesse caso, o objeto racismo já não é o homem em particular, mas certa forma de existir. Trata se da negação de uma forma simbólica e semântica de existir, de ser e de estar no mundo (NOGUEIRA, 2020, p. 91).

Vivenciamos no Brasil uma verdadeira guerra contra as religiões de matriz africana. Nogueira (2020) menciona que têm sido constantes os ataques das igrejas neopentecostais sofridos pelas comunidades de terreiro. Todos os dias são noticiados ataques aos terreiros, aos símbolos e aos praticantes dos cultos de matriz africana. Os efeitos do colonialismo ainda se fazem presentes na sociedade e os grupos que não se enquadram no modelo hegemônico continuam sendo marginalizados e discriminados. É um processo tão cruel que nem mesmo as crianças ficam seguras. A violência além de estar presente nos espaços públicos em forma de ataques físicos e psíquicos, tem avançado para dentro dos espaços sagrados do terreiro através da destruição do patrimônio e dos símbolos religiosos. Mas, apesar de toda violação de direitos, os grupos afro-religiosos seguem resistindo e buscando meios legais para preservar o direito de escolher e assumir a sua pertença religiosa diante da sociedade.

5. O povo de santo segue resistindo

Apesar de haver uma legislação que garante e protege o livre exercício dos cultos religiosos e a liberdade de crença, na prática é notável como as religiões de matriz africana lutam por esse direito e como as mesmas e os seus praticantes ainda são discriminados em diversos ambientes, sendo estes doméstico, privado ou público. A



falta de liberdade religiosa traz efeitos que podem ser sentido física e psicologicamente, mas ela também chega como uma forma de mostrar quem tem e quem não tem o direito de fala dentro do seu espaço de convívio social.

Diante dos casos constantes de ataques às religiões de matriz africana, o povo das comunidades tradicionais de terreiro tem buscado alternativas que lhes possam garantir o direito de praticar os seus rituais religiosos sem medo de serem surpreendidos por ataques violentos. A criação de ONGS, os movimentos ecumênicos, as marchas, a aproximação da academia com os terreiros, a utilização das redes sociais e algumas mudanças na própria lei tem ajudado a dar credibilidade a esses movimentos como veremos a seguir:

[...] ainda que incipiente, a união de religiosos afro-brasileiros, ONGs, acadêmicos, pesquisadores, políticos, advogados, promotores públicos entre outros parece apostar mais uma vez na capacidade de resistência e reação dessas religiões contra um assédio proporcionalmente muito eficaz, e se julgar por seu estado atual e crescimento numérico e duradouro (SILVA, 2007, p. 24).

Os jovens de terreiro também vêm desempenhando um papel fundamental neste processo de luta contra a intolerância racial. As redes sociais estão sendo utilizada para dar visibilidade à luta pela liberdade religiosa. Os jovens de terreiro de vários locais do Brasil estão se organizando e buscando, através da união, fortalecer o movimento em prol da liberdade religiosa. As informações estão chegando para um número maior de pessoas através de posts, lives, contas nas redes sociais como Facebook e Instagram e debates sobre as diversas temáticas que envolvem o cotidiano do terreiro.

Como as informações atingem um número maior de pessoas, os casos de intolerância que antes eram apenas episódios sem grandes repercussões, hoje se avolumaram e saíram da esfera das relações cotidianas menos visíveis para ganhar visibilidade pública conforme atestam as frequentes notícias de jornais que registram, em inúmeros pontos do Brasil, os casos de intolerância. Igualmente, a reação a estes casos, antes apenas um esboço isolado e tímido de algumas vítimas, agora se faz em termos de processos criminais levados adiante por pessoas físicas ou instituições públicas como ONGs e até mesmo a promotoria pública (SILVA, 2007, p. 10).

Em relação às instâncias judiciais, Silva (2007) acredita que apesar das dificuldades, as ações jurídicas começam a apresentar resultados favoráveis aos adeptos



das religiões afro-brasileiras. As igrejas evangélicas, responsáveis pelos programas considerados ofensivos às religiões afro-brasileiras e as redes de televisão que os exibem, estão sendo notificadas.

A passos curtos, a justiça vem se posicionando e procurando garantir os direitos dos afro-religiosos. Percebemos que aqueles sujeitos que foram beneficiados pelo projeto colonizador permanecem não querendo abrir mão de seus privilégios e continuam focados na marginalização, invisibilidade e silenciamento dos elementos culturais vindos da cultura indígena e africana. O desejo de silenciar e desmoralizar o outro para manter intacto o lugar de poder ainda é uma realidade presente na sociedade brasileira.

Apesar dos ataques permanentes sofridos pelas religiões de matriz africana, nota-se que existe uma movimentação buscando unir forças para dar maior visibilidade à luta contra o racismo religioso. Mesmo com todo o sofrimento, intolerância e descaso do poder público e de uma parcela da sociedade, as religiões de matriz africana seguem resistindo e unindo forças para continuar reverenciando seus deuses e lutando ainda hoje pelos seus direitos.

Considerações Finais

Para compreender a violência sofrida pelos adeptos das religiões de matriz africana é necessário revisitar o nosso passado que é marcado pela escravidão, pela intolerância e pela hierarquização dos sujeitos. Os africanos trazidos para o Brasil para serem escravizados foram classificados como seres sem alma e sem cultura e isso reflete ainda hoje nas suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. É preciso compreender quais foram os pilares utilizados para estabelecer os valores que ajudaram a moldar uma sociedade racista, misógina e intolerante. O desejo de estabelecer como cultura uma cultura hegemônica, fez com que os portugueses com o apoio da Igreja, marginalizassem, excluísse, violentassem tudo aquilo que significasse uma ameaça para o seu projeto de sociedade. E assim o colonizador foi lutando para suprimir as epistemologias negras e indígenas.

Apesar de todas as dificuldades, os escravizados conseguiram criar estratégias para sobreviver aos horrores impostos pela colonização. Ainda hoje os povos das



Comunidades Tradicionais de Terreiro seguem resistindo e mantendo as suas tradições religiosas e lutando para ter o direito de exercer as suas práticas religiosas no espaço físico do terreiro e no espaço público nos diversos Estados do nosso país.

Ao analisar a importância das religiões de matriz africana, temos que pensar em resistência, pois mesmo com tanta opressão e longe da pátria mãe, os deuses africanos sobreviveram e são festejados e reverenciados nos diversos terreiros existentes em todo território brasileiro. Não podemos deixar de dizer que a luta pelo direito à liberdade religiosa ainda é uma realidade, mas mesmo assim os afros-religiosos seguem resistindo.

Não tem como falar sobre os ataques sofridos pelos praticantes das religiões de matriz africana sem falar das questões étnico-raciais. As religiões de matriz africana sofrem com os ataques racistas e preconceituosos devido a sua origem étnica e cultural. Com isso, ainda hoje muitos adeptos dos terreiros de umbanda e candomblé escondem a sua identidade religiosa como uma forma de proteção. Os ataques sofridos pelos umbandistas e candomblecistas estão estritamente ligados à cor da pele e ao passado histórico desse povo. Por isso, utilizar a expressão racismo religioso é dar crédito a uma luta de anos do movimento negro que busca, através da lei, encontrar punições para os atos de racistas e preconceituosos.

Ressaltamos que apesar de todas as dificuldades impostas, as religiões de matriz africana vêm buscando mecanismos de sobrevivência através da aproximação com outras religiões, da participação em atos ecumênicos, da utilização das mídias sociais e da luta no âmbito jurídico. Também vale mencionar que, apesar das religiões de matriz africana serem as maiores vítimas da intolerância no Brasil, elas continuam sem utilizar a violência e os discursos proselitistas contra aqueles que promovem os ataques de ódio. A presença de jovens engajados nos terreiros com certeza traz esperança de dias melhores e, acima de tudo, da continuidade das crenças e tradições religiosas de matriz africana. Encerramos o texto questionando até quando as comunidades tradicionais de terreiro terão que lutar pela sua existência?

Referências Bibliográficas

BERKENBROCK, Volney. **A experiência dos orixás**: Um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.



CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. **Intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras: uma violência histórica**. In: *IX Jornada Internacional de Política Pública*, São Luís, 2019, p. 1-12. Disponível em: <https://docplayer.com.br/171578143-Intolerancia-religiosa-contra-as-religoes-afro-brasileiras-uma-violencia-historica.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

DUCCINI, Luciana; RABELO, Miriam C.M. **As religiões afro-brasileiras no Censo de 2010**. (Orgs). TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. In: *Religiões em Movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 219-234.

EUGÊNIO, Rodney William. **A benção aos mais velhos**: poder e senioridade nos terreiros de Candomblé. Mairiporã: Arole Cultural, 2017.

FLOR DO NASCIMENTO; Wanderson. **O Fenômeno do Racismo Religioso**: Desafios para os Povos Tradicionais de Matriz Africana. Revista Eixo, v. 6, n. 2, 2017, p. 51-56.

GIUMBELLI, Emerson. **Um projeto de cristianismo hegemônico**. (Org). SILVA, Vagner Gonçalves. In: *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 149-170.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros**. (Org). SILVA, Vagner Gonçalves, In: *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 119-147.

MAURÍCIO, George. **O candomblé bem explicado**: Nações Bantu, Iorubá e Fon. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

NOGUEIRA, Sidney. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, Ariadne Moreira Basílio. **Religiões afro-brasileiras e o racismo**: contribuição para a categorização do racismo religioso. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Braziliense, 1999.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso**. V. 18, n. 52, 2004, p. 223 - 238. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000300015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.



RIBEIRO, Fernanda Lemos. **Umbanda e teologia da felicidade**. São Paulo: Arché, 2013.

RIVAS NETO, Francisco. **Escolas das religiões afrobrasileiras: tradição oral e diversidade**. São Paulo: Arché, 2013.

RODRIGUES, Jaime. **Navio Negroiro**. (Org.) SCHUARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *In: Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 51-56.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

RUFINO, Luiz; MIRANDA, Marina Santos de. **Racismo Religioso: Política, Terrorismo e Trauma Colonial**. Outras Leituras sobre o problema. *Problemata*, v. 10, n. 2, 2019, p. 229-242.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica**. São Paulo: Revista USP, n. 67, 2005, p. 150-175. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/67/11-silva.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Prefácio ou notícia de uma guerra nada particular: os ataques neopentecostais às religiões de matriz africana no Brasil**. (Org.) SILVA, Vagner Gonçalves, *In: Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 9-28.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.